



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

PARECER PGE/AMC Nº 094/2011
Processo nº 02501.001559/2009-88

**Comitê de Bacia hidrográfica do rio Paranaíba.
Apoio executivo. Propostas. Análise dos aspectos
jurídicos.**

Trata-se de processo encaminhado a esta Procuradoria-Geral - PGE por solicitação do Senhor Diretor da Área de Gestão desta Agência Nacional de Águas - ANA para exame e manifestação quanto as propostas de encaminhamentos contidas na Nota Técnica nº 031/2011/ SAG (fls. 738/740) relativamente a prestação de apoio executivo às atividades do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba - CBH Paranaíba.

2. Da referida Nota Técnica extraem-se os seguintes trechos, que sintetizam a questão debatida nos autos:

Histórico

1. O CBH-Paranaíba foi instituído por Decreto Presidencial em 16 de julho de 2002. Após longo processo de mobilização a sua instalação aconteceu em 10 de junho de 2008.

[...]

3. A Deliberação nº 9 do CBH Paranaíba, de 11 de junho de 2008, definiu a cidade de Itumbiara-GO como sede do Comitê e para o funcionamento de sua Secretaria Executiva.

[...]

4. Desta forma, a ANA, por meio da Resolução nº 572, de 9 de setembro de 2008, criou a Unidade Administrativa Regional da ANA - UAR Itumbiara, com o objetivo de prestar assistência técnica, administrativa e operacional ao CBH Paranaíba, com vigência de dois anos, prorrogada por mais um ano por meio da Resolução ANA nº 440, de 30 de agosto de 2010.

[...]

8. A criação de uma Unidade Administrativa Regional com prazo para ser encerrada se dá pelo fato da ANA entender ser esta uma solução temporária, visando apoiar o Comitê no seu processo de instalação e funcionamento inicial. Por ser uma unidade desconcentrada da ANA não atende ao princípio de descentralização da Política Nacional de Recursos Hídricos e é bastante limitada no exercício das funções de uma secretaria executiva, sendo necessário um arranjo envolvendo o Município de Itumbiara e o contrato com a empresa Enterpol, para operacionalizar aquela secretaria.

9. Com o objetivo de contratar uma entidade que pudesse dar apoio às ações do CBH Paranaíba a ANA elaborou, em articulação com o Comitê um edital para selecionar um projeto de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com vistas ao desenvolvimento de atividades de secretaria executiva. Esta proposta surgiu com o intuito de melhor qualificar a execução das atividades, ora desenvolvidas pela UAR Itumbiara, acrescentando ações típicas de secretaria executiva, que hoje, por falta de estrutura de pessoal e técnica não estão sendo desenvolvidas, dentre elas o planejamento das atividades do comitê, a comunicação e mobilização social e a capacitação para gestão dos recursos hídricos.

10. Em dezembro de 2010 foi lançado o Concurso nº1/2010 com o "objetivo de selecionar um projeto de OSCIP, para o desenvolvimento de atividades que visam

apoiar as ações do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba por intermédio da implantação de um Centro de Apoio ao CBH Paranaíba, que atuará como assessoria administrativa do respectivo comitê”.

11. A ANA, os órgãos gestores estaduais e os comitês afluentes divulgaram o referido Edital em seus sítios eletrônicos, bem como membros representantes das entidades civis de recursos hídricos no CBH Paranaíba fizeram ampla divulgação dentre seus pares, encaminhando às OSCIPs, sobretudo aquelas atuantes nos Estados da Bacia, o comunicado do lançamento do Edital pela ANA.

12. Em fevereiro de 2011 as propostas deveriam ser entregues na ANA, conforme Edital, porém somente uma OSCIP compareceu apresentando proposta. A Comissão Especial de Licitação, constituída por meio da Portaria ANA nº 194/2010, recebeu a única proposta e habilitou a OSCIP para passar à segunda etapa de avaliação e julgamento do *Detalhamento do Projeto Técnico*. Para esta segunda etapa a mesma Portaria designou uma Comissão de Julgamento, que avaliou o Projeto Técnico considerando-o inadequado frente aos requisitos do Edital.

[...]

14. Por todo o exposto conclui-se, no tocante ao edital para seleção de projeto de OSCIP, que este não deve ser relançado, pois a despeito de todo o esforço empregado para assegurar ampla divulgação do instrumento convocatório, alcançou-se apenas uma entidade interessada, a qual não apresentou condições mínimas para ser qualificada.

15. Neste contexto, diante da precariedade do modelo UAR, e do insucesso verificado ao tentar selecionar um projeto de OSCIP para apoiar as ações do Comitê, cabe buscar um novo modelo que atenda às necessidades da Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba.

[...]

Desenvolvimento do modelo de Secretaria Executiva

[..]

18. O art. 43 da Lei nº 9.433/97 estabelece que a criação de uma Agência de Águas está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

“I - prévia existência do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica;

II - viabilidade financeira assegurada pela cobrança do uso dos recursos hídricos em sua área de atuação.”

19. Com relação ao inciso I do art. 43 da referida Lei cabe informar que na Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba estão instalados os seguintes comitês: CBH Paranaíba; CBH Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba - PN1 (MG); CBH Araguari - PN 2 (MG); CBH Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba - PN3 (MG), CBH Meia Ponte (GO) e CBH Paranoá (DF), além do CBH Turvo e dos Bois (GO) que está criado, dependendo de instalação.

20. Em 2007 o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) de Minas Gerais equiparou a Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari - ABHA às funções de Agência de Água do CBH Araguari, por meio da Deliberação CERH nº 55, de 18 de julho de 2007, conforme previsto na Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº 13.199/1999, art. 37, §2º). No ano de 2010 iniciou a cobrança na Bacia e foram arrecadados R\$ 4.264.233,74, valor repassado à ABHA por meio do Contrato de Gestão estabelecido com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, responsável pela arrecadação.

21. O estatuto da ABHA prevê que sua área de atuação é “a bacia hidrográfica do rio Araguari e demais bacias hidrográficas das quais a ASSOCIAÇÃO venha a ser equiparada/delegatária à Agência de Bacia” (art.1º §2º do Estatuto Social da ABHA),

podendo, desta forma, outros comitês da Bacia do Paranaíba reconhecer a ABHA como Agência de Bacia.

22. De acordo o artigo 47 da Lei 9.433/1997 a ABHA enquadra-se como organização civil de recursos hídricos e atende aos requisitos legais para que possa ser reconhecida como Entidade Delegatária das funções de Agência da Bacia, conforme disposto na Lei 10.881/2004.

23. Como a ABHA já é entidade equiparada em uma sub-bacia da Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba e possivelmente será reconhecida também nos comitês PN1 e PN3, para ser a Agência de Bacia desses Comitês, e considerando proveitoso perseverar na estratégia de contar com uma só agência no âmbito dos comitês de integração, esta área técnica considera oportuno que sejam envidados esforços visando o reconhecimento da entidade já existente como secretaria executiva do CBH Paranaíba.

[...]

Conclusões

34. Assim sendo conclui-se, no tocante ao edital para seleção de projeto de OSCIP, que este não deve ser relançado, pois no momento presente, em função dos contatos e levantamentos realizados na Bacia, não há expectativa de que um novo lançamento do referido edital tenha o potencial de alcançar um número adequado de entidades interessadas e capazes de fazer frente aos requisitos do mesmo, revertendo o insucesso verificado.

35. Por fim recomenda-se, diante do contexto estabelecido, que seja priorizada a alternativa de apoiar, desde de já, o CBH Paranaíba no processo de discussão sobre a implantação da Agência de Bacia, considerando neste processo a possibilidade de ampliar a área de atuação da ABHA, entidade já reconhecida pelo CBH Araguari, para a área de abrangência da Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba.

3. Assim relatados, seguem as considerações de mérito.

4. Tem-se nos autos duas questões para análise. A primeira diz respeito ao relançamento do edital de concurso público para seleção de OSCIP para Apoio ao CBH-Paranaíba. A segunda diz respeito à delegação das funções de Agência de Bacia à ABHA para funcionar como secretaria executiva daquele mesmo Comitê.

5. No que tange à primeira das questões, verifica-se que a SAG apresentou justificativas pelas quais entende que não deva se prosseguir com a proposta para seleção de OSCIPS para prestar apoio ao CBH Paranaíba.

6. Com efeito, afirmou a SAG que o primeiro edital foi objeto de “ampla divulgação” e ainda assim apenas uma OSCIP demonstrou interesse no certame, que, ao final, restou frustrado, tendo em vista que o projeto técnico apresentado foi considerado inadequado pela comissão julgadora.

7. Também afirmou a SAG que “no momento presente, em função dos contatos e levantamentos realizados na Bacia, não há expectativa de que um novo lançamento do referido edital tenha o potencial de alcançar um número adequado de entidades interessadas e capazes de fazer frente aos requisitos do mesmo, revertendo o insucesso verificado.”

8. A proposta pelo não relançamento do edital é ainda justificada com a informação de que já se caminha para a instituição de uma Agência de Bacia no CBH Paranaíba, modelo este que substituiria as “soluções temporárias” apontadas pela SAG em outro trecho da Nota Técnica de fls. 738/740¹.

¹ “...tanto o modelo atual, com a UAR Itumbiara apoiando as atividades de Secretaria Executiva do Comitê, como a estratégia que se buscou implementar mediante seleção de um projeto de OSCIP para apoiar as ações do Comitê, são

9. Por outro lado, no que diz respeito à proposta de indicação da ABHA para funcionar como secretaria executiva do CBH Paranaíba, cumpre salientar que, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, esta Agência “poderá firmar contratos de gestão, por prazo determinado, com entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no disposto pelo art. 47 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, **que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água**, previstas nos arts. 41 e 44 da mesma Lei, relativas a recursos hídricos de domínio da União”.

10. Portanto, a questão da instituição da ABHA como secretaria executiva do CBH Paranaíba passa, necessariamente, pela apreciação do CNRH e pelo cumprimento de todos os tramites administrativos associados, e, uma vez emitida a delegação por aquele Conselho, poderá então esta Agência proceder à celebração do referido contrato de gestão, nos estritos termos da Lei de regência.

11. Até lá compete à ANA seguir prestando apoio à implementação do CBH Paranaíba², dentro dos limites da legalidade e na forma que melhor atenda ao interesse público.

É o parecer. À consideração superior.

Brasília, 6 de abril de 2011.

ARIADNE MANSÚ DE CASTRO
Procuradora Federal

De acordo. Encaminhe-se ao Senhor Diretor da Área de Gestão.

EMILIANO RIBEIRO DE SOUZA
Procurador-Geral

soluções temporárias que deverão ser extintas ou cessarão, assim que se instale a Agência de Bacia do CBH Paranaíba ou entidade que receba a delegação do CNRH destas funções”.

² Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, art. 4º, VII.